



## ATA DE REUNIÃO

### **8ª REUNIÃO ORDINARIA DO COMITÊ DE GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DE LAGOSTAS - CGSL**

**PERÍODO:** 04 e 05 de outubro de 2007.

**LOCAL:** IBAMA/Sede – Brasília/DF.

A DBFLO/IBAMA promoveu nos dias 4 e 5 de outubro de 2007, a 8ª reunião do CGSL sob a coordenação da CGFAP/DBFLO, com a participação de representantes da DIPRO/IBAMA, CGEAM/IBAMA, CEPENE/ICMBio, Superintendência do IBAMA no Estado do Ceará, representantes dos Ministérios da Defesa/Comando da Marinha, MMA, MIDCT e da SEAP/PR, e representantes da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores - CNPA, Comissão Pastoral dos Pescadores - CPP, Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE, Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca - CONEPE, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Pesca de Belém - SINDIPESCA, Sindicato dos Patrões de Pesca dos Estados do Pará e Amapá – SINPPA e Instituto TERRAMAR, conforme lista de participantes no Anexo I.

**Dia: 04/10/07 (Tarde)**

#### **I – ABERTURA.**

O Coordenador-Geral de Autorização de Uso e Gestão de Fauna e Recursos Pesqueiros, José Dias Neto, apresentou aos participantes da reunião o Diretor da DBFLO, Antônio Carlos Hummel.

O Diretor abriu a reunião do CGSL, agradeceu a presença dos participantes e disse achar importante que nesta reunião se tenha um retrospecto das ações do Plano. Disse estar se inteirando dos trabalhos e colocou a Diretoria a disposição dos participantes do Comitê.

#### **II – APROVAÇÃO DA AGENDA.**

A proposta de Agenda de Trabalho foi apresentada, discutida, adequada em alguns itens e em seguida aprovada, constando no Anexo II.

Os participantes se apresentaram, oportunidade em que alguns dos presentes foram aprovados como observadores.

Iniciando as discussões o Coordenador Substituto do CGSL convidou o Senhor Eloy de Sousa, Representante da SEAP/PR, para falar sobre as ações da Secretaria.

Eloy de Sousa discorreu sobre as dificuldades enfrentadas para garantir o cumprimento das normas que foram estabelecidas na última reunião, e que a SEAP/PR dedicou o ano de 2007 para a questão da lagosta. Reconheceu o esforço do Ministro da Pesca, Altemir Gregolin.

Eloy falou, ainda, sobre os gastos com os cursos de capacitação que foram da ordem de um milhão e vinte e um mil reais. Acrescentou que aconteceram alguns problemas localizados, como no Estado do Espírito Santo.

Parabenizou a fiscalização do IBAMA e descreveu sobre os recursos que a SEAP/PR repassou aos órgãos para fazer a fiscalização: IBAMA: R\$ 300 mil e mais 600 litros de óleo diesel; Marinha: R\$ 300 mil e mais 600 litros de óleo diesel.

Na questão da indenização dos petrechos de pesca, redes e compressores, disse Eloy de Sousa que temos pela Lei o prazo curto de 30 dias para realizar o processo e foi fechado um convênio com o Exército para ajudar nas atividades de recolhimento dos referidos petrechos de pesca. Acreditamos que a MP vai ser apresentada e a verba de **R\$ 12 milhões** será liberada o mais rápido possível.

Nos cursos previstos pela Lei da indenização, os pescadores que poderão se inscrever serão: 1º: os que acessaram o seguro defeso em 2006 e constam no cadastro do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; 2º: os que ficaram fora da pesca de lagostas em 2007.

Eloy disse que a programação para iniciar o processo de indenização será provavelmente dia **22/10/2007** com a operação de recolhimento dos petrechos, as inscrições para os cursos vão até **25/10/2007** e o pagamento da primeira parcela de **20 a 24/12/2007**.

José Dias colocou que o esforço do MMA/IBAMA também foi muito grande e toda essa situação mostrou a fragilidade do setor pesqueiro nacional e, principalmente, o desrespeito de parte da população nas praias o que levou a destruição de carros do IBAMA e de embarcações, além de outros fatos ocorridos.

Abraão Lincoln, da CNPA, disse que a entidade exerceu seu papel constitucional de representar os pescadores. Segundo Abraão, “nós os pescadores, pedimos, imploramos e exigimos que fossem feitas as indenizações das redes e dos compressores. E que fosse vista, também, a questão do crédito, pois não podíamos tirar milhares de pescadores de suas atividades sem dar nenhum recurso. E que se, por acaso, houve retaliação por parte dos pescadores foi por culpa do Governo”.

Abraão Lincoln parabenizou a fiscalização do IBAMA e o Presidente da República pelas indenizações, e disse que começar o Programa de Qualificação em agosto foi um erro da burocracia e o crédito teria que ter saído antes.

Disse, ainda, Abraão Lincoln que na conversa que teve com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ele pediu ao líder do Governo, Romero Jucá e a bancada dos parlamentares, para trabalharem no sentido de construir uma agenda positiva para a pesca no Brasil para o ano que vem (2008) e que precisamos investir em educação ambiental e ter uma política de conscientização ambiental.

Falou Abraão, que a CNPA continua apoiando a decisão do Comitê, pois em momento nenhum a CNPA disse que não aceitaria o covo, porém queríamos a indenização das redes. A posição da CNPA é de apoio a política dos covos e cumprimos os compromissos se os companheiros das pontas tiverem as indenizações necessárias.

Abraão disse que, se não tinha como conseguir recursos aqui no Comitê foi para quem poderia conseguir e em uma reunião com o Presidente da República e o líder do Governo, em 15 minutos o dinheiro apareceu. E concluiu: o caminho está certo e o papel da CNPA é justamente esse, aplaudir o Governo quando ele está certo e criticar quando ele está errado.

José Alberto, do MONAPE, disse ao Abraão Lincoln que os pescadores, também participaram e ajudaram a fiscalização, mas se não der continuidade não vai adiantar nada e que tinha uma lista dos

pescadores que doaram de 50 a 2.500 reais para colocar os barcos no mar e ajudarem a fiscalização. Que o MONAPE também participou do processo que culminou com a indenização e estão prontos a ajudar.

Após o inflamado discurso do representante da CNPA, José Dias, colocou que não houve insensibilidade por parte do CGSL quanto ao problema da indenização das redes de caçoeira.

Ressaltou não ter dito que os presidentes das federações de pescadores estavam à frente das resistências e conflitos com a fiscalização, e que a educação ambiental não foi esquecida e é parte integrante do Plano de Gestão.

José Maria Veras disse que todos estavam de parabéns, pois todos estavam juntos na busca da melhoria da pesca da lagosta. Ressaltou, entretanto, que a fiscalização tem que voltar a atuar para que o processo de ordenamento tenha continuidade.

Após a apresentação e debates sobre a fiscalização foram retomados os itens III e IV da agenda para a explanação do representante da SEAP/PR.

### **III - APRESENTAÇÃO DE INFORME DA SEAP/PR SOBRE O PERMISSIONAMENTO DAS EMBARCAÇÕES LAGOSTEIRAS, CONFORME ESTABELECIDO NAS IN/IBAMA N.º 144/2006 E IN/SEAP/PR N.º 001/2007, PARA O EXERCÍCIO DE 2007.**

#### **a) Esclarecimentos**

### **IV – APRESENTAÇÃO DA SEAP/PR SOBRE OS RESULTADOS DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS PARA A DESTINAÇÃO DE 5% DO ESFORÇO MÁXIMO ANUAL PERMITIDO, ÀS EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS DE PROPRIETÁRIOS OU ARMADORES RESIDENTES OU DOMICILIADOS NOS ESTADOS DO AP, PA, MA, AL, SE E BA, CONFORME ESTABELECIDO NA IN/IBAMA N.º 144/2006 E IN/SEAP/PR N.º 11/2007.**

#### **a) Esclarecimentos**

Sebastião Saldanha Neto, da SEAP/PR, apresentou quadros contendo os resultados consolidados do processo de inscrição e seleção das embarcações da frota de lagostas, conforme Anexo III.

José Alberto disse que em 2006 foi feito um censo da SEAP/PR onde os pescadores poderiam dizer em que área da pesca atuava e levantou a questão de se pensar em uma futura ampliação do defeso para os próximos anos.

José Maria Veras disse que o número de embarcações pescando não condiz com o número de embarcações permissionadas, e gostaria de saber quantos barcos foram apreendidos sem permissão, se eles serão cassados e se as permissões serão direcionadas a outros barcos.

Colocando sua opinião quanto ao defeso, José Maria, disse que seria importante consultar as bases para ver a possibilidade de um aumento para 5 ou 6 meses.

José Dias sugeriu colocar como ponto de pauta, a questão do aumento do período de defeso para as lagostas e continuar com a questão do permissionamento.

Sebastião Saldanha disse que em relação aos barcos cassados, quando receber essa lista da fiscalização do IBAMA, a SEAP/PR vai ver como fica e que outro ponto é a renovação que acontece em janeiro e fevereiro de 2008 e é bom destacar que esta é uma das condições para a renovação.

Ormezita de Paulo, da CPP, pergunta como vai ficar com relação ao documento da marinha e com relação ao mapa de bordo que é um documento de difícil preenchimento.

Sebastião Saldanha falou que quanto ao documento da marinha, cada pescador poderia apresentar um documento assinado por ele dizendo ser o proprietário do barco, a SEAP/PR aceitaria e depois o pescador apresentaria o documento verdadeiro para o certificado definitivo. Disse que está faltando só uma interpretação da marinha e para isso é só levar uma declaração da SEAP/PR.

José Dias falou que em relação ao mapa de bordo, ocorreu uma reunião onde foi elaborado e aprovado um novo modelo já simplificado e está em processo de divulgação e entrega para os pescadores.

José Alberto disse que a preocupação dos pescadores é ter essa questão do mapa de bordo como um critério para renovação da permissão para o próximo ano.

José Dias propôs, então, colocar o assunto do mapa de bordo como ponto de pauta para ser discutido posteriormente.

José Dias complementou dizendo que os dados e informações coletados pela pesquisa não são disponibilizados à fiscalização e deixou claro que esses dados não são ferramentas para fiscalizar.

José Alberto disse que o momento é muito conflitante, mas realmente temos que buscar as alternativas e neste caso a frota de barco à vela pode contribuir bastante. José Alberto disse, ainda que existem dados sobre esta frota e os coloca a disposição.

José Dias sugeriu, então, construir um cronograma para a convocação do Subcomitê Científico e uma proposta de monitoramento e pesquisa e o mesmo para educação ambiental.

#### **Dia: 05/10/07 (Manhã)**

José Dias iniciou o segundo dia de reunião solicitando as contribuições à Ata da 6ª reunião do CGSL, para a aprovação até o final do dia.

Na sequência, José Dias convidou o representante da fiscalização para apresentar os resultados.

#### **V - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DA ESTRATÉGIA DE FISCALIZAÇÃO.**

Marcelo Amorim, da DIPRO, apresentou os resultados da fiscalização dizendo que os dados estavam muito aquém da realidade e que tinha em mente que os fiscais deveriam anotar os dados de todos os barcos fiscalizados e não só os que apresentavam alguma pendência. Entretanto, as anotações foram somente das embarcações com algum tipo de irregularidade.

Comentou que em todos os diálogos com os pescadores de todos os estados eles pediam a suspensão da proibição do uso da rede tipo caçoeira.

De acordo com Marcelo Amorim aconteceram vários conflitos não só entre IBAMA e pescadores, mas também, entre os pescadores da frota pargueira que não receberam o RGP e impediram os pescadores de lagosta de saírem para pescar. Ressaltou o apoio constante da Marinha e que esse apoio tem sido muito importante.

Flavio Montiel, Diretor da DIPRO, fez uma avaliação colocando outros pontos. De acordo com Flávio, a exposição dos fatos ocorridos mostrou de uma forma lúcida e objetiva o que aconteceu e que precisamos ver como poderemos trabalhar para que as decisões tomadas no âmbito do CGSL possam ser cumpridas.

Segundo Montiel, nenhum ato da fiscalização contrariou o que foi decidido no Comitê Gestor da Lagosta e pelas reações que foram mostradas ficou parecendo que as ações do IBAMA contrariaram as decisões do Comitê. Entretanto, as ações foram legitimadas pelo próprio Comitê e nesse sentido a ABIN e a PF estão fazendo as devidas investigações para punir os envolvidos no conflito, e já sabem quem realizou e “financiou” as reações. Portanto, ou as decisões que forem aprovadas no Comitê são acatadas e disseminadas ou vai ser muito difícil o trabalho da fiscalização.

Flávio Montiel reconheceu que a operação deste ano começou tardiamente, sem ações anteriores de educação ambiental e que é preciso fazer um trabalho de conscientização e educação ambiental para garantir a disseminação do que foi decidido pelo CGSL. Para o próximo período temos que ver como os órgãos do governo e algumas entidades que representam o setor pesqueiro lagosteiro, vão se unir para avaliar como será a forma de cumprir o acordado no citado Comitê.

Flávio Montiel repudiou veementemente o episódio ocorrido no Estado do Rio Grande do Norte onde o barco do IBAMA foi apreendido pela Marinha, denunciado por um próprio funcionário do Órgão, por causa de coisas mínimas que não iam prejudicar o andamento da fiscalização.

Disse que é importante louvar o esforço da fiscalização do IBAMA e todos os parceiros e fazer uma observação quanto às limitações encontradas daqui para frente, pois chegamos ao limite orçamentário e de pessoal que poderia ser empregado na fiscalização. Foi previsto no Plano de Fiscalização da Lagosta o gasto de 7 milhões de reais por ano e este ano até agora, nas duas etapas, já chegamos em 6 milhões de reais gastos.

Segundo Montiel, fiscalizar é uma ação cara, cada vez fica mais claro que precisamos terceirizar os serviços de aluguel de embarcações, como já é terceirizado os de helicópteros, para atender as demandas da fiscalização. Sugeriu encaminhar via SEAP/PR uma emenda coletiva para o orçamento de 2008 que possa dar um fôlego para essa área.

Antônio Carlos Hummel disse que esse assunto não pode ficar restrito ao CGSL, devendo ser realizada uma apresentação dos resultados e problemas para a Ministra do Meio Ambiente e o Ministro da Pesca e após, aos parlamentares e se comprometeu a fazer as articulações para que a apresentação seja realizada.

José Dias disse ser necessário que o IBAMA e a SEAP/PR se articulem para que isso ocorra num prazo mais rápido possível.

Eloy de Sousa em nome da SEAP/PR parabenizou a fantástica atuação da fiscalização do IBAMA. Mas disse termos que retornar imediatamente com as ações de fiscalização para não perdermos o jogo.

De acordo com Eloy de Sousa estamos às portas da indenização dos petrechos e são necessárias ações de fiscalização neste período. Ressaltou que estão previstos na MP, a quantia de dois milhões de reais para a fiscalização e que será disponibilizado o mais rápido possível.

José Dias salientou a necessidade de que haja sincronia entre a MP dos recursos para as ações de fiscalização e o Decreto que regulamenta a indenização dos petrechos, pois os recursos financeiros do IBAMA/DIPRO para o ano de 2007, segundo o Diretor da área já finalizaram.

Eloy de Sousa disse que os pescadores que estão no mar com o manzuá estão dizendo aos outros pescadores para não entregarem as redes porque estão no mar cercados de redes por todo lado. Pediu encarecidamente para encontrarmos uma forma rápida e imediata de colocarmos em prática o que se disse na mídia há uma semana atrás. Quero fazer um pedido ao IBAMA para disponibilizar o nome das embarcações que foram apreendidas pela fiscalização, pois de acordo com a norma em vigor as embarcações que forem apreendidas devem ter as suas permissões cassadas. E as permissões cassadas poderão ser redistribuídas.

Eloy de Sousa lembrou, também, o caso dos cidadãos que foram autuados, mas não estavam em suas embarcações, pois deve haver um jeito de fazer alguma coisa contra eles do tipo, perder a permissão de pesca ou algo similar.

Flavio Montiel disse que a troca de informações entre SEAP/PR e IBAMA precisa fluir de uma forma melhor.

Montiel lembrou que esse ano o orçamento formal para as ações de fiscalização da pesca foram de 1.6 milhões de reais e já gastamos, só com a alocação de embarcações aproximadamente 2 milhões. Considerando só a alocação das embarcações já ultrapassamos o recurso formal e precisamos tirar mais recursos de outras áreas para atender essa demanda da fiscalização. Os recursos são muito limitados, estabelecemos uma nova estratégia para fiscalizar até o final do ano e estamos com o orçamento estourado em 7 milhões apenas para área da pesca.

Abraão Lincoln disse que ia esclarecer ao pessoal da fiscalização que a Lei da indenização, fruto de trabalho da Confederação, além de ser boa para os pescadores, por trazer dinheiro, é boa também para a fiscalização que vai receber dois milhões de reais.

Abraão falou que tem uma coisa de fundamental importância além da fiscalização, é um trabalho de educação ambiental, para refazer as relações entre os pescadores e o IBAMA, pois no caso do Rio Grande do Norte a população se revoltou, a policia bateu nos pescadores com cassetetes e usavam revólveres. Abraão Lincoln propôs que desses 2 milhões de reais que vão sair agora fosse tirado um pouco para os núcleos do IBAMA fazerem um trabalho de educação ambiental.

Solicitou fazer uma agenda positiva para a pesca nacional. Sugeriu que o CGSL estudasse uma forma de planejar ações de fiscalização dos contêineres de lagostas miúdas diretamente nas empresas de exportação, pois é mais fácil fiscalizar 14 empresas do que a praia toda.

Abraão Lincoln afirmou que para a CNPA a questão rede de caçoeira é “**página virada**”. Disse que em relação à estatística se o IBAMA não tem como realizar, faça parcerias com as prefeituras municipais e com os órgãos ambientais estaduais para a coleta dos dados estatísticos, pois o Estado do Rio Grande do Norte ficou muito prejudicado e outros estados também em relação a isso.

Falou, ainda, que a CNPA recebeu um documento da SUPES/IBAMA/RN dizendo que vai a todas as praias discutir a questão com o setor lagosteiro e que a CNPA aplaude esse ato do IBAMA.

José Dias salientou que as parcerias vão ser sempre bem vindas, infelizmente no caso de prefeituras vem sendo extremamente difícil a questão das parcerias, pois quando muda o prefeito é tudo abandonado e perde-se o convênio.

José Alberto esclareceu, novamente, ao Abraão Lincoln que a CNPA teve um papel importante, mas todos ajudaram na busca da Lei de indenização dos petrechos. Disse que o MONAPE também ajudou falando com senadores.

Alberto pediu, também, para contabilizar o número de pescadores embarcados e o número de embarcações, pois quer deixar registrado que em Beberibe/CE foi contratada uma embarcação para a fiscalização até o final do ano e por pressão dos pescadores estão conseguindo colocar esses recursos para manter essa embarcação até 2008.

Salientou, ainda, que no Estado do Ceará os conflitos são coisas muito pontuais como, por exemplo, em Icapuí o conflito se deu por causa da marambaia e disse que há uma tendência de aumentar os conflitos, porque muita gente boa que pesca lagosta, depois do permissionamento, ficou de fora da pesca.

Raimundo Braga (Kamundo) da SUPES/CE deixou registrado que nunca na história desse País a fiscalização trabalhou com tanta força como agora. Portanto, quando o Estado quer, fiscaliza. Disse que a Marinha deixou muito a desejar, pelo menos no Estado do Ceará ela poderia participar mais e em relação à participação das lideranças do setor deixou claro que onde elas estavam comprometidas tudo correu bem, mas onde não estavam tivemos problemas sérios, principalmente onde as colônias trabalharam contra o processo de ordenamento. No caso de Icapuí a reação foi comandada pela Prefeitura e a Colônia.

Continuando, ponderou Raimundo Braga, que o sucesso da indenização passa pelo retorno das ações de fiscalização, pois para o pescador se o risco que ele corre de ser pego com a rede de caçoeira for pequeno ele não entrega para indenização. Concordou ainda com o José Dias, de que os recursos para a indenização das redes não pode vir antes do recurso para a fiscalização.

Raimundo Braga (Kamundo) afirmou, ainda, que o botão da indenização só pode ser acionado, se a fiscalização agir primeiro. Por isso, vejo uma necessidade urgente de recursos para a fiscalização e me coloco a disposição para ser a ponte entre o relator geral para o orçamento de 2008, deputado José Pimentel. Disse que ficaria disponível para fazer o contato com ele e sugeriu que a fiscalização atue através dos Escritórios Regionais que tem sua área de atuação de 150 quilômetros.

José Maria Veras parabenizou a fiscalização e pediu que não divulgassem previamente as operações de fiscalização na imprensa.

Ressaltou que é necessário localizar e punir os culpados e procurar melhorar e não só criticar. Disse que é preciso ver uma forma de fiscalizar, por exemplo, no Estado do Ceará, a costa oeste, de Fortaleza a Camocim, pois foi onde apareceu mais lagosta e não teve fiscalização.

José Maria Veras disse que no início, a fiscalização foi impactante na praia de Aranaú na costa leste do estado. Falou que o compressor, ainda é o maior meio de pesca e temos que pensar em fazer uma ação de fiscalização ainda maior. Destacou que se formos à praia agora vamos ver os pescadores pescando de redes e compressores e que os pescadores associados ao sindicato ligam falando que o compressor cortou a linha de nylon do manzuá.

Quanto ao convênio com as prefeituras se comprometeu a entrar em contato com os prefeitos do litoral leste para disponibilizar uma pessoa para ajudar no ESTATPESCA.

Edvaldo Lopes do SINPPA, parabenizou a fiscalização, mas acha que tem que ser intensificada e acha que a pesca de caçoeira vai ser difícil de resolver, mesmo com o recurso para a indenização das redes, pois os pescadores colocam no barco os manzuás e as referidas redes.

Ressaltou o representante do SINPPA que a fiscalização tem que melhorar para os Estados do Pará e Amapá devendo ser realizada com barcos que possam atuar mais longe da costa.

Pedro Alzires do SINDIPESCA/PA disse estar preocupado com a questão dos conflitos levantados pelo José Alberto e que é preciso ajudar para buscar solução, pois num conflito entre a polícia e os trabalhadores sempre o trabalhador vai sair prejudicado.

Disse ter ficado feliz quando o Flávio Montiel falou que a fiscalização é decisão do Comitê. Disse que quando o IBAMA traz os trabalhadores/pescadores para discutir é muito bom e que hoje existe um novo IBAMA.

Pedro Alzires falou que no Estado do Pará vem se lutando por uma emenda que contemple o setor pesqueiro em pelo menos 3% do PPA estadual, especialmente, para a fiscalização. Parabenizou o IBAMA em parceria com a Marinha e a Polícia Ambiental, o Comitê, a SEAP/PR, o IBAMA/Fiscalização e os pescadores.

Jefferson da Silva do TERRAMAR, parabenizou a fiscalização dizendo que foi a melhor de toda a história do IBAMA. Porém, disse que os conflitos ocorridos devem ser vistos de uma forma mais ampla e a tendência é que aumentem, quando, por exemplo, em fevereiro de 2008, o pescador entrar com pedido de seguro defeso e por algum motivo não for atendido, vai dar problema. Disse existir um clima de solidariedade entre os pescadores que pescavam com rede de caçoeira e os que não tiveram barcos permissionados.

No entendimento do TERRAMAR o Comitê deve corrigir o permissionamento para a pesca de lagostas, pois não ficou a quantidade que deveria ficar.

Sugeri, ainda Jefferson da Silva, que o número de permissionados seja ampliado mesmo estando fora dos 40 milhões de covos-dia, estabelecidos na norma, para criar um consenso conceitual entre os pescadores, inclusive com a participação da educação ambiental. O CGSL deve colocar claramente a importância fundamental da educação ambiental no IBAMA.

José Dias ressaltou que a educação ambiental com certeza será priorizada conforme consta no Plano de Gestão de Uso de Lagostas.

**05/10/2007 (Tarde)**

## **VI – INFORME DA SEAP/PR SOBRE OS ENCAMINHAMENTOS PARA INDENIZAÇÃO DE PETRECHOS, CONFORME PREVISTO NA LEI N.º 11.524/2007.**

Eloy de Sousa que já tinha apresentado várias informações sobre este item, complementou dizendo que pela Lei de indenização de petrechos só foram dados 30 dias para fazer o recolhimento das redes e compressores.

Informou que o banco conveniado será o BNB e acrescentou que nos escritórios da SEAP/PR nas capitais, terá um funcionário para receber, identificar os petrechos e fazer o pagamento. A equipe do Exército brasileiro vai fazer a medição das redes, pois as redes vão ser pagas por metro. Salientou a necessidade que a fiscalização entre em ação pelo menos uma semana antes da operação de indenização.

Informou, ainda que as redes serão semi-destruídas e que o ideal seria queimá-las, mas o IBAMA ofereceu resistência pela questão da poluição que seria provocada.

Disse que a SEAP/PR estava garantindo que dia **10/10/2007** os recursos para a fiscalização estarão disponíveis e que a operação de recebimento dos petrechos seria iniciada em 22/10/07.

Eloy de Sousa reforçou que a programação para iniciar o processo de indenização de petrechos será provavelmente dia **22/10/07** com a operação de recolhimento dos petrechos, as inscrições para os cursos vão até **25/10/07** e o pagamento da primeira parcela de **20 a 24/12/2007**.

## **VII – PONTOS RELEVANTES DO PLANO A SEREM DETALHADOS – DBFLO/CGFAP:**

- 1 – Pesquisa e Monitoramento; e,**
- 2 – Educação Ambiental.**

Elisabete Fonseca, da área de Educação Ambiental, noticiou que está marcada, para a 3ª semana de novembro de 2007, no CEPENE, uma oficina de trabalho com a participação dos Analistas do IBAMA nos Estados do CE, RN, PB, BA, PE e SE, para o pontapé inicial da educação ambiental nesses estados.

Elisabete Fonseca disse, ainda que o caso da educação ambiental é preocupante, mas nós sozinhos não vamos salvar a pátria, pois apesar de sermos muito importantes é preciso uma mobilização maior de todos os envolvidos no processo.

José Dias informou que inicialmente a Coordenação-Geral arcará com os recursos financeiros para a realização da oficina. Comprometeu-se, também, para o início do ano, trabalhar a questão da educação ambiental visando um reforço, inclusive no período de defeso. Porém, para isso, é necessário que cada superintendente mantenha o seu núcleo de educação ambiental.

Quanto a questão da pesquisa e monitoramento, Antônio Clerton Pontes, Chefe do CEPENE, colocou que as necessárias operações de fiscalização da pesca de lagostas, acabaram gerando problemas para as ações de pesquisa e monitoramento e, nesse clima, ficou totalmente impossível fazer a medição das lagostas e o trabalho de acompanhamento dos estudos ficou bastante prejudicado.

Segundo Clerton, mesmo no Estado do Ceará só se conseguiu analisar amostragem a partir de julho. No Rio Grande do Norte, após a “guerra da lagosta” voltou a captura de lagostas com caçoeira e mergulho e em Pernambuco só conseguimos fazer amostragem a partir de agosto. Na Bahia só começou em agosto e no Espírito Santo, até o momento, não existe nenhuma condição de se realizar amostragem de lagostas.

Ressaltou Clerton Pontes, que na função de coordenador do Subcomitê Científico tinha que demonstrar essa dificuldade, esse impasse para os trabalhos de pesquisa, pois na verdade isso vai prejudicar uma série de dados. Clerton Pontes apelou às lideranças da pesca que levem às bases essas dificuldades elencadas no sentido de facilitar o trabalho de pesquisa fazendo, inclusive entender que esses dados vão gerar subsídios para o Plano de Gestão da Lagosta.

Falou que, no âmbito do CGSL, foi acordada a realização de trabalho de pesquisa e monitoramento e mesmo assim não está sendo possível realizá-lo. Reforçou a solicitação de apoio aos componentes do Comitê.

Antônio Clerton disse que em relação à pesquisa e monitoramento todos os recursos estão alocados para alavancar a questão da lagosta. E que a ideia é reunir o Subcomitê Científico no período de **19 a 22 de novembro de 2007**, para discutir uma forma de elaboração de cada um dos projetos e rediscutir o projeto lagosta, de forma que possamos avançar nos trabalhos de amostragem e estatística de bordo.

Segundo Clerton, a perspectiva é de que, até março de 2008, todos os projetos estejam elaborados para fazer uma nova reunião buscando convênios e parcerias para os trabalhos e, para isso, é fundamental manter um clima de parceria com o setor pesqueiro.

## **VIII – PONTOS ACRESCENTADOS NA PAUTA DE REUNIÃO PARA DISCUSSÃO:**

- 1 – Mapa de Bordo; e,**
- 2 – Defeso.**

José Dias ressaltou a questão do mapa de bordo dizendo que, lendo a Instrução Normativa observou que, a SEAP/PR ou o IBAMA podem promover adequações nos modelos. Portanto do ponto de vista de modificações não teríamos problemas.

Comentou José Dias, que em uma reunião ocorrida em Fortaleza para rever os mapas de bordo para aplicação nos barcos a vela, foi feita a simplificação dos formulários para os referidos barcos. Foi cogitada, também a ajuda de um funcionário do IBAMA para o preenchimento do relatório, caso o pescador tenha necessidade. Ou seja, o pescador pode anotar em um caderno, as horas, o local e as espécies pescadas e depois ter a ajuda do funcionário do IBAMA ou da Colônia/Federação de Pescadores para preencher o formulário.

José Dias ressaltou, também, que a questão do mapa de bordo para o permissionamento passaria a ser secundária, desde que, o mapa de produção, um outro formulário com a quantidade e nome para quem o peixe foi entregue, fosse anexado junto com o mapa de bordo e com essa medida não seria prejudicada a renovação das permissões.

José Maria Veras disse que os mapas de bordo poderiam ser simplificados até mesmo para as embarcações maiores.

José Dias ponderou que em relação à revisão de todo o sistema de mapa de bordo, a questão seria discutida com a SEAP/PR e um caminho de consenso seria encontrado, mesmo porque, está previsto para o próximo ano a revisão de toda a sistemática de permissionamento.

Salientou, porém, que o ideal é o mapa de bordo ser único e não definido pelas SUPES do IBAMA como foi o caso do Ceará, mas acertado e acatado pelo IBAMA Nacional e unificado entre todos os estados. Pois, o que existe hoje é a necessidade de sabermos o que o cidadão pescou por área e o esforço de pesca utilizado naquela pescaria.

Raimundo Braga (Kamundo) disse que o Grupo de Gestão da Lagosta do Estado do Ceará sugeriu que o mapa de bordo para efeito de renovação do permissionamento seja cobrado somente a partir de 2008.

José Alberto disse que no Estado do Ceará se pensou em listar os pescadores a bordo na intenção de saber quem é quem e contribuir para o seguro-defeso. Pediu para ver a possibilidade de ser acrescido, no formulário, um espaço para dizer para quem foi vendida a lagosta. Salientou que talvez seja preciso a realização de cursos para os pescadores, inclusive de educação ambiental e que fossem propostos pelo próprio setor.

José Maria Veras propôs, se possível, realizar uma reunião ainda este ano de 2007, no mês dezembro e que iria consultar as bases em relação ao aumento do período de defeso para trazer uma resposta nessa reunião em dezembro. E, em janeiro ou fevereiro de 2008 fazer uma avaliação da pesca de lagostas em 2007 e discutir as ações de 2008.

José Alberto falou que em relação ao defeso consultaria as bases e encaminharia a resposta à CGFAP. Sugeriu, porém a realização de uma reunião ainda este ano, pois vê com grande preocupação o risco

de conflitos com os pescadores que ficaram de fora da pesca de lagostas e gostaria de ver qual a maneira de mediar esses conflitos.

José Dias disse que em relação ao defeso veria com a SEAP/PR a possibilidade de uma reunião nos dias 17 e 18 de dezembro de 2007 e outra reunião em março de 2008.

Eloy de Sousa disse que sempre ficamos muito reféns do capital, o defeso foi colocado com o efeito de preservar e o que conta na verdade é o que dita o capital americano. Acrescentou que no mês de março, ainda temos muitas lagostas ovadas e na prática, o setor há tempos vem pedindo a ampliação do defeso. Portanto, seria de bom grado o setor levar às bases essa proposta de ampliação do defeso.

José Dias sugeriu a padronização da consulta às bases para ampliar em um mês o defeso e mandar por escrito até o dia 12. Sugeriu uma reunião para os dias 17 e 19 de dezembro de 2007, para discutir a questão do defeso, a avaliação de como ficou a indenização dos petrechos e como se iniciou o processo de capacitação dos pescadores.

José Alberto achou importante a realização da reunião em dezembro para definir a ampliação do defeso, avaliar as indenizações e o processo de capacitação, dentre outros pontos.

#### **IX - APRESENTAÇÃO DA SEAP/PR SOBRE OS RESULTADOS DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PESCADORES.**

Algumas questões desse item foram discutidas na abertura da Reunião e o representante da SEAP/PR, Eloy de Sousa complementou algumas informações e esclareceu dúvidas dos participantes.

Ormezita de Paulo questionou a respeito dos cursos de capacitação previstos na Lei das indenizações para os pescadores que ficarem de fora da pesca de lagostas.

Eloy de Sousa esclareceu que o Governo concordou em criar um mecanismo de apoio. Citou quais as regras para que os pescadores interessados tenham acesso as inscrições dos cursos, que vão até 25 de outubro de 2007.

Segundo Eloy de Sousa, nos cursos de capacitação previstos na Lei da indenização os pescadores que poderão se inscrever serão:

I - Os pescadores que acessaram o seguro desemprego no defeso de 2006 e constam no cadastro do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Para tanto o Ministério fornecerá as informações necessárias à SEAP/PR;

II - Os pescadores que ficaram fora da pesca de lagostas em 2007. O interessado vai declarar que está fora da pesca de lagostas;

III - O interessado vai confirmar a inscrição; e,

IV – Não vai poder declarar que pescou em 2007 e, portanto, não poderá acessar o seguro desemprego no defeso de 2008.

De acordo com Eloy, as Universidades do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco vão apresentar propostas de curso.

José Alberto disse entender que não vai ser uma capacitação, mas sim, um curso para contribuir para a retirada do pescador da atividade pesqueira e dar outro rumo. Entretanto, se mostrou preocupado em como o pescador vai ter acesso ao recurso financeiro durante o curso para sustentar a sua família.

Ormezita de Paulo disse que a proposta da SEAP/PR é muito boa. Entretanto, acha perigoso o condicionante para receber a ajuda financeira e fazer um curso de qualificação, que é o pescador ter que se excluir de vez da pesca de lagostas.

Eloy de Souza falou que na verdade o Ministério do Trabalho e Emprego é que deveria fazer os cursos de capacitação, com os recursos financeiros do FAT e no transcorrer do processo o MTE foi saindo do processo e a SEAP/PR teve que assumir.

Mauro Ruffino complementou dizendo que os treinamentos têm que ser executados ainda em 2007, ou pelo menos iniciados no referido ano.

José Alberto disse que a nossa intenção não é defender o direito de permissão para todos, mas se houver possibilidade de cassar a permissão daqueles que cometeram irregularidades e rever a questão de alguns que ficaram de fora, revendo as questões pendentes nos requerimentos, será muito importante.

José Dias colocou a aprovação da ATA da reunião anterior com apenas umas alterações da fala da Sra. Ormezita de Paulo que serão encaminhadas posteriormente.

José Alberto quis deixar registrado que o envio da ATA da Reunião deve ser o mais rápido possível.

Quanto ao defeso das lagostas, José Dias reforçou que fosse realizada uma consulta às bases sobre a ampliação do período e que a resposta fosse encaminhada por escrito até 15/12/2007.

#### **X – OUTROS INFORMES.**

José Dias, Coordenador Substituto do CGSL, disponibilizou a palavra aos presentes para considerações ou informações adicionais, porém não houve nenhuma manifestação.

#### **XI – ENCERRAMENTO**

O Coordenador Substituto do CGSL encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.

## ANEXO I

### LISTA DE PARTICIPANTES:

Nome	Instituição	Telefone	e-mail
Abraão Lincon da Cruz	CNPA	(84) 8851-4030	fepern@gmail.com
Antônio Carlos Hummel	DBFLO/IBAMA	(61) 3316-	antonio.hummal@ibama.gov.br
Antônio Clerton de Paula Pontes	CEPENE/IBAMA	(81) 3676-1310	antonio.pontes@ibama.gov.br
Clemeson José Pinheiro da Silva	COOPE/CGFAP/DBFLO/IBAMA	(61) 3316-1188	clemeson.silva@ibama.gov.br
Daniel Henrique Cabral	COOPE/CGFAP/DBFLO/IBAMA	61) 3316-1635	daniel.cabral@ibama.gov.br
Edvaldo Lopes Gonçalves	SINPPA	(91) 227-2791	sinppa@ig.com.br
Elizabete Lopes P. Fonseca	CGEAM DISAN IBAMA	(61) 3316-1193	elizabete.fonseca@ibama.gov.br
Eloy de Sousa Araújo	SEAP/PR	(61) 3218-2846	eloy@seap.ibama.gov.br
Flávio Montiel da Rocha	DIPRO		Flavio.rocha@ibama.gov.br
Francisco Joéliton Bezerra	COOPE/CGFAP/DBFLO/IBAMA	61) 3316-1635	francisco-joeliton.bezerra@ibama.gov.br
Henrique Almeida	CAMARA DEPUTADOS		henrique.almeida@camara.gov.br
Jacinta Oliveira Dias	COOPE/CGFAP/DBFLO/IBAMA	(61) 3316-1228	jacinta.dias@ibama.gov.br
José Alberto de Lima Ribeiro	MONAPE	(85) 9622-1718	beto_pescador_prainhaOyahoo.com.br
José Dias Neto	CGFAP/DBFLO/IBAMA	(61) 3316-1480	jose.dias-neto@ibama.gov.br
José Maria Veras Filho	CONEPE	(85) 3264-1778	sindipisca@sindipisca.com.br
Marcelo Amorim	DIPRO	(61) 3316-1092	Marcelo.amorim@ibama.gov.br
Ormezita Barbosa de Paulo	CPP	(85) 3238-8392	ormezitita@hotmail.com
Pedro Alzires de Miranda	SINDIPESCA/PA	(91) 207-0944	Sindipisca.pa@veloxmail.com.br
Raimundo Bonfim Braga	SUPES/CE/IBAMA	(85) 3227-9081	raimundo.braga@ibama.gov.br
Roberto Gallucci	MMA	(61) 4009-9550	Roberto.gallucci@mma.gov.br
Sebastião Saldanha Neto	SEAP/PR/DICAP/COREG	(61) 3218-2860	ssaldanha@seap.gov.br
Sergio Schubart	DIPRO	(61) 3316-1092	sschubart@gmail.com
Tarcisio A. de Oliveira	EMA/Marinha	(61) 3429-1091	ema11@brturbo.com.br
Vanessa G. de Carvalho	MIDIC/SECEX/DECEX	(61) 3425-7429	vanessa.carvalho@desenvolvimento.gov.br

## ANEXO II

### IBAMA/MMA COORDENAÇÃO-GERAL DE AUTORIZAÇÃO DE USO E GESTÃO DE FAUNA E RECURSOS PESQUEIROS

#### 8ª REUNIÃO DO COMITÊ DE GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DE LAGOSTAS - CGSL

**Período:** 4 e 5 de outubro de 2007

**Local:** Brasília/DF – ED. SEDE/IBAMA (Auditório 1)

Data	PROPOSTA DE AGENDA
04/10/07 (início: 14:30 horas)	<p>I – ABERTURA.</p> <p>II – APROVAÇÃO DA AGENDA.</p> <p>III - APRESENTAÇÃO DE INFORME DA SEAP/PR SOBRE O PERMISIONAMENTO DAS EMBARCAÇÕES LAGOSTEIRAS, CONFORME ESTABELECIDO NAS IN/IBAMA N.º 144/2006 E IN/SEAP/PR N.º 001/2007, PARA O EXERCÍCIO DE 2007.</p> <p>a) - Esclarecimentos</p> <p>IV – APRESENTAÇÃO DA SEAP/PR SOBRE OS RESULTADOS DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS PARA A DESTINAÇÃO DE 5% DO ESFORÇO MÁXIMO ANUAL PERMITIDO, ÀS EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS DE PROPRIETÁRIOS OU ARMADORES RESIDENTES OU DOMICILIADOS NOS ESTADOS DO AP, PA, MA, AL, SE E BA, CONFORME ESTABELECIDO NA IN/IBAMA N.º 144/2006 E IN/SEAP/PR N.º 11/2007.</p> <p>a) - Esclarecimentos</p>
05/10/07	<p>V - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DA ESTRATÉGIA DE FISCALIZAÇÃO.</p> <p>1 – Discussões;</p> <p>2 – Encaminhamentos</p> <p>VI – INFORME DA SEAP/PR SOBRE OS ENCAMINHAMENTOS PARA INDENIZAÇÃO DE PETRECHOS, CONFORME PREVISTO NA LEI N.º 11.524/2007.</p> <p>VII - PONTOS RELEVANTES DO PLANO A SEREM DETALHADOS – DBFLO/CGFAP:</p> <p>1 – Pesquisa e Monitoramento; e,</p> <p>2 – Educação Ambiental.</p> <p>VIII - PONTOS ACRESCENTADOS NA PAUTA DE REUNIÃO PARA DISCUSSÃO:</p> <p>1 – Mapa de Bordo; e,</p> <p>2 – Defeso.</p> <p>IX - APRESENTAÇÃO DA SEAP/PR SOBRE OS RESULTADOS DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PESCADORES.</p> <p>X – OUTROS INFORMES:</p> <p>1 - IBAMA/DBFLO/CGFAP;</p> <p>2 – IBAMA/Representante das Superintendências Estaduais;</p> <p>3 – Outros componentes do Comitê.</p> <p>X – ENCERRAMENTO.</p>

## Ordenamento da Frota da Lagosta

Resultados consolidados do  
processo de inscrição e  
seleção das embarcações

## Ordenamento da Frota da Lagosta

Edição de Atos Normativos  
Constituição e Treinamento de Equipes  
Desenvolvimento de Sistema Informatizado  
Trabalhos de Campo  
- Inscrição dos Interessados  
Análise dos Dados – Mais de 4.000 inscrições  
Divulgação das Relações (Deferidos e  
Indeferidos)  
Emissão e Distribuição dos Certificados

# Ordenamento da Frota da Lagosta

**Classes de embarcações previstas na  
IN IBAMA 144/07 e IN SEAP 001/07**

Classe 1 - Embarcações não Motorizadas (vela)

Classe 2 - Embarcações Motorizadas (madeira, fibra de vidro, etc)

Classe 3 - Embarcações Motorizadas (aço)

- Embarcações Permissionadas: 1.300
- Embarcações Inscritas: mais de 4.000
- Embarcações Agora Permissionadas: em torno de 3.000
  
- Índice de Inclusão: 145 % (AL – mais de 2000%, BA - mais de 1500%, PI/PB – em torno de 120%)

# Ordenamento da Frota da Lagosta

## Quadro Geral das Inscrições – SISLAG I

Quadro consolidado					
		Não Motorizado	Motorizado Madeira	Motorizado Aço	Total
Deferidos Inicialmente	Número de Embarcações	1253	1389	18	2.660
	Esforço de Pesca				34.450.000
Recursos já Deferidos	Número de Embarcações	196	142	-	338
	Esforço de Pesca				3.370.000
Total	Número de Embarcações	1449	1531	18	2998
	Esforço de Pesca				37.820.000

## RESUMO SISLAG

UF	INSCRITOS	PRÉ-SELECIONADO	NÃO HABILITADOS	RECURSOS EM ANALISE
AL	240	40	200	
AP	11	-	11	
BA	50	11	39	
MA	26	3	23	
PA	15	5	10	
SE	15	7	8	
<b>TOTAL</b>	<b>357</b>	<b>66</b>	<b>291</b>	